



O Judiciário

Edição: n° 007 / fevereiro 2016



A distribuição igualitária dos processos entre os servidores - o grande objetivo do trabalho remoto - vai permitir reduzir as disparidades nas comarcas, beneficiando todos.

Walter Ohofugi Júnior
presidente da OAB-TO

Selo Digital da Corregedoria leva cidadania eletrônica aos cartórios do interior

Levar para os cartórios do interior o Selo Digital, já implantado com sucesso nos cartórios da Capital, é uma das principais metas da Corregedoria Geral da Justiça para 2016. Com esta expansão, o órgão prevê a modernização das atividades cartorárias e a efetivação da cidadania digital: o cidadão poderá conferir e obter, eletronicamente, todos os atos de sua vida civil expedidos nos serviços cartorários do Tocantins. “É necessário que se tenha uma estrutura moderna e digital de autenticidade e de preservação desses documentos”, defende o corregedor geral da Justiça, desembargador Eurípedes Lamounier.



Cooperação remota marca sessão solene de abertura do Ano Judiciário no Tocantins

Proposta orçamentária prevê investimento em tecnologia e capacitação na área jurídica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

IN VERBIS

Ronaldo Eurípedes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Nesta edição, a primeira de O Judiciário em 2016, a reflexão a ser feita é sobre o grande desafio do Poder Judiciário: baixar o estoque de processos e imprimir ainda mais celeridade à prestação jurisdicional.

No cenário de crise e de ampla judicialização em que vivemos, a superação desse desafio exige investimento em recursos humanos, em tecnologia e sistemas eletrônicos e, ainda, a promoção da gestão dos processos judiciais no que se refere a acervo, feitos julgados e processos baixados. Por isto, idealizamos e colocamos no ar o sistema de monitoramento da taxa de congestionamento das varas judiciais. Trata-se de importante ferramenta de gestão à disposição dos magistrados para aprimorar seus processos de trabalho.

A meta da gestão continua sendo insistir no cumprimento do Plano de Eficiência do Judiciário e na ampliação do trabalho remoto. Este será o ano de concretização de um judiciário centrado na colaboração e na cooperação remota entre todas as comarcas e servidores.

O trabalho remoto, ação estratégica de gestão, é um exemplo prático que seguirá na vanguarda dessa forma moderna de administrar, de equalizar força de trabalho, melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos servidores e, por conseguinte, a satisfação da sociedade. Nos apraz exemplificar com o projeto juiz colaborador que incentiva o apoio de magistrados a outros colegas remotamente e, de forma graciosa, que já conta com a atuação de

quatro juízes que exprimem o espírito e o sentimento que nos move nesta gestão: somos um judiciário uno. Esta é a vocação de um judiciário 100% eletrônico.

Para 2016, elaboramos uma peça orçamentária que prioriza ações de investimento voltadas para os recursos humanos e para a tecnologia da informação. Nossa meta é formar magistrados e servidores capazes de gerir todos os aspectos que envolvem a demanda judicial: operacional, cumprimento de metas, atendimento, incentivo à conciliação, administração de acervo, produtividade, eficiência e gestão de pessoas.

Não podemos deixar de mencionar as atividades da Corregedoria Geral na área extrajudicial, com a expansão do Selo Digital para o interior. O corregedor, desembargador Eurípedes Lamounier, nos demonstra a importância da modernização das atividades cartorárias para a efetivação da cidadania digital: o cidadão conferindo e obtendo, eletronicamente, todos os atos de sua vida civil expedidos nos serviços cartorários do Tocantins.

Com esse cenário promissor e com a mesma motivação de um ano atrás, seguiremos firmes nesses propósitos para o exercício de 2016 e, inspirado nas palavras do poeta Mário Quintana, convivo para a leitura de O Judiciário.

“Se as coisas são inatingíveis... Ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!”

OITIVA



Advogado com formação pela Mackenzie de São Paulo, Walter Ohofugi Junior atuou na defesa da Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (Celtins) em 1989. Cinco anos depois passou a trabalhar como assessor no Tribunal de Justiça do Tocantins, exercendo a função por quatro anos quando retornou à Celtins como advogado terceirizado. Em 2012, chegou a compor a lista sêxtupla de indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Tocantins, para uma vaga de desembargador no Tribunal de Justiça. Em 2015, encabeçando a chapa “OAB Protagonista” venceu a disputa pela presidência da seccional tocantina da Ordem com 1.412 votos. Antes da abertura do Ano Judiciário, concedeu esta entrevista ao O Judiciário.

A OAB-TO é parte importante na implantação do processo eletrônico. Por requerer constante atualização, sua gestão pretende atuar e colaborar no aprimoramento do e-Proc?

Sim, antes mesmo de assumirmos, parte da diretoria eleita e eu visitamos o presidente Ronaldo Eurípedes e reforçamos nosso interesse em colaborar com o procedimento. Nosso Judiciário avançou muito após o e-Proc, ferramenta que agilizou todos os processos e diminuiu custos para os advogados. Inclusive, assim que o nosso Departamento de Informática estiver organizado, vamos procurar o TJ para buscar um compartilhamento do sistema, a fim de fazer com que os nossos processos internos sejam semelhantes. Sobre isso, inclusive, ao mesmo tempo que parabenizamos o TJ pelo eficiente e-Proc, já que hoje estamos muito à frente de vários estados do Brasil, esperamos que as outras esferas da Justiça também consigam deixar seus processos completamente eletrônicos.

O Tocantins tem um judiciário 100% eletrônico. Como o senhor enxerga o trabalho remoto,

medida já implantada no Tocantins com o processo 100% eletrônico, para melhoria da prestação jurisdicional?

Pelo que o TJ tem passado, o projeto tem tudo para melhorar, ainda mais, a situação do advogado. A distribuição igualitária dos processos entre os servidores - o grande objetivo do trabalho remoto - vai permitir reduzir as disparidades nas comarcas, beneficiando todos. Além disso, uma questão muito importante, é que o projeto pretende aumentar a produtividade dos magistrados, o que equilibra o uso da mão de obra disponível. Depois dos processos serem 100% eletrônicos, a distribuição correta destes é o segundo grande passo para deixar a nossa Justiça muito mais célere. Todos sabem que a velocidade na resolução dos problemas é essencial. Uma Justiça que tarda é falha e, muitas vezes, acaba não fazendo justiça. Observo, porém, que essa transição para a rede remota tem que ser muito bem testada para ser eficiente e não má interpretada. A ideia de o trabalho ir até a casa do trabalhador precisa ter ressonância em agilidade automaticamente, sob pena de um efeito contrário.

O Judiciário, por força do Novo Código Civil, tem entre suas bandeiras a conciliação pré-processual. A advocacia é talhada para a judicialização. Como a Ordem no Tocantins entende esse cenário e qual a diretriz dessa gestão sobre o tema?

Esse assunto é por demais importante para nossos colegas, para mim e para a OAB como um todo. Não somos contra a diretriz de buscar a conciliação das partes, evitando demandas judiciais que se arrastam por anos e anos. Mas esta conciliação tem que ocorrer, indispensavelmente, com a presença de advogados. O advogado é que garante que o cliente não está sendo enganado em uma conciliação, ele dá lisura para o eventual acordo e, sobretudo, é sujeito importantíssimo na busca de justiça. A OAB Nacional também tem esse entendimento, tanto que o novo presidente, Cláudio Lamachia, e o novo Conselho Federal da Ordem, já aprovaram a criação do Cadastro Nacional de Advogados Usuários dos Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos. O advogado não é contra a conciliação, mas ela deve ser bem feita e a nossa atuação é imprescindível para isso.



Ano Judiciário é aberto com foco na colaboração e cooperação remotas

Em discurso na sessão do Pleno, que marcou o retorno oficial do Judiciário, presidente do TJTO defendeu ações colaborativas para baixar estoques e imprimir mais celeridade

Na sessão solene que marcou a abertura do Ano Judiciário de 2016 no Tocantins (4/2) o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ronaldo Eurípedes, destacou que este será o ano da consolidação do trabalho remoto como modelo de serviço público do Judiciário do Estado. Para isto, o desembargador destacou a linha de frente de atuação do seu último ano de gestão. “Será um ano de concretização de um judiciário centrado na colaboração, na cooperação remota entre todas as comarcas e servidores”, afirmou, em discurso no Tribunal Pleno.

Segundo o presidente, essa é a realidade de um Poder Judiciário que atua 100% eletrônico. “O processo eletrônico propicia isso. Com a digitalização nós temos que avançar para um julgamento cada vez mais célere, mais eficaz e mais seguro. Este ano nosso principal desafio continuará sendo encontrar alternativas para resolver o aumento constante de ações judiciais”, defendeu.

“No momento em que aumenta o número de processos, é preciso ter uma maneira para resolver o conflito. Temos que tirar de dentro do Judiciário os seus gargalos, identificando-os e ajudando os nossos magistrados, colocando a estrutura do Judiciário a serviço da população para resolver esses problemas”, completou.

Entre as iniciativas, o presidente destacou o projeto juiz colaborador que incentiva o apoio de magistrados a outros colegas remotamente e de forma graciosa. “O projeto já conta com a atuação no estado de 4 juízes que exprimem o espírito e o sentimento que nos move nesta gestão: somos um judiciário uno. Esta é a vocação de um judiciário 100% eletrônico”, reforçou.

O presidente também apresentou um balanço das ações desenvolvidas no primeiro ano de gestão, que estão registradas no relatório online, disponibilizado durante a solenidade. O relatório contém um balanço das atividades

do Poder Judiciário do Tocantins realizadas em 2015 e os projetos e as ações para 2016, com acesso pelo site do Tribunal.

PRESENCAS

Além dos magistrados e servidores, autoridades e representantes do Estado participaram da solenidade, entre elas o governador Marcelo Miranda, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Osires Damaso, o procurador geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, o arcebispo metropolitano de Palmas, Dom Pedro Brito Guimarães, e o presidente da OAB – seccional do Tocantins, Walter Ohofugi Júnior.

A ouvidora judiciária, desembargadora Ângela Prudente, também apresentou o relatório de atividades da Ouvidoria realizadas em 2015. O governador do Estado, o presidente da Assembleia Legislativa, o procurador geral de Justiça e o presidente da OAB Tocantins ressaltaram os avanços do Judiciário e a harmonia entre os poderes e instituições.



Relatório anual é apresentado e disponibilizado na internet

Durante a sessão solene de abertura do Ano Judiciário, no Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça (4/2), o presidente, desembargador Ronaldo Eurípedes, apresentou o Relatório de Atividades 2015 do Poder Judiciário do Tocantins. Pela primeira vez, o relatório foi produzido e elaborado para versão eletrônica e está disponível no site do TJTO, no menu superior da página, na opção “Institucional/publicações”.

Acessível para leitura e impressão, o relatório tem sua apresentação assinada pelo presidente, que considera a publicação mais um ato de transparência da gestão além de atender ao regimento interno.

O desembargador destaca as ações da seção “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”, que traz os resultados do projeto “Caminhos da Justiça”, entre os quais o trabalho remoto, implantado por meio das “escrivânias em rede”, com alcance em várias comarcas e varas, a unificação das secretarias criminais, em

Palmas, e a instalação da Contadoria Judicial Unificada (Cojun).

O relatório contempla as realizações em cada área do planejamento estratégico, com ações de garantia dos direitos de cidadania, as soluções alternativas de conflito e projetos para o aprimoramento da gestão da justiça criminal. Também aborda os resultados dos projetos para a melhoria da gestão de pessoas, os esforços para aperfeiçoar a gestão de custos e instituir a governança judiciária e melhorar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação.

“Nenhuma destas medidas [registradas no relatório] seria possível sem o compromisso dos integrantes desta gestão, dos servidores e magistrados que não mediram esforços para colocar em prática todas estas mudanças que equalizam a força de trabalho, eliminam desigualdades, e nos proporcionam entregar à sociedade uma Justiça cada dia melhor”, ressalta o presidente, na apresentação que abre o relatório.

ESPECIAL

A Corregedoria e a cidadania digital

Plano de expansão vai informatizar serviços cartorários do interior e implantar conferência eletrônica de atos por meio do Selo Digital

Desembargador Eurípedes Lamounier
Corregedor Geral da Justiça

Órgão de fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciários, notariais e de registro, a Corregedoria Geral da Justiça tem enfrentado com sucesso o desafio de modernizar a área extrajudicial. É a avaliação do titular do órgão, desembargador Eurípedes Lamounier, que pretende expandir a informatização e o controle digital de autenticidade e qualidade documental para os cartórios do interior, por meio do Selo Digital.

O Selo Digital é um código aplicado a todos os atos expedidos pelos cartórios extrajudiciais habilitados com essa tecnologia. Ele possibilita a consulta da autenticidade do documento no site da Corregedoria Geral da Justiça por meio do site www.corregedoria.tjto.jus.br.

O corregedor considera que no Tocantins existe uma defasagem entre a área judicial e a extrajudicial. Enquanto a judicial se modernizou a ponto de tornar-se modelo de processo eletrônico eficaz para o país, com o e-Proc, a maioria das atividades extrajudiciais ainda é primitiva e sujeita a fraudes, por ser realizada de forma manual e manuscrita.

Expandir o Selo Digital para os cartórios do interior é uma atividade que o corregedor considera crucial para efetivar a cidadania digital, afinal, a vida de qualquer pessoa se passa no cartório. “Veja bem, esse patrimônio que é a vida do cidadão, o nascimento, o casamento e até o óbito está a cargo do serviço cartorário, a propriedade também, por isso é necessário que se tenha uma estrutura moderna e digital de autenticidade e de preservação desses documentos”, afirma o desembargador.

Para equalizar este cenário, uma das linhas de atuação do órgão é a expansão do Selo Digital para os cartórios do interior até o final de 2016, uma etapa imprescindível, segundo o corregedor. “Implantar o Selo Digital em todos os cartórios é a garantia do usuário de que aquele serviço tem qualidade e é autêntico. Trata-se de ratificar, pela moder-



Adriano Gomes de Melo Oliveira
Juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça

nidade e segurança do selo digital, aquela forma cartorária antiga de atestar o documento, pela expressão ‘o referido é verdade e dou fé’. O selo digital não deixa nada dúvida no que é feito no cartório e coíbe qualquer irregularidade”.

O SELO

Lançado em março de 2015, o Selo teve sua implantação inaugural na primeira serventia extrajudicial em abril do mesmo ano, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos de Palmas - Tocantins (Cartório Moromizato) que passou a operar exclusivamente com a tecnologia.

De acordo com o juiz auxiliar Adriano Gomes de Melo Oliveira, com o êxito no piloto implantado nos cartórios da capital a expansão para os demais cartórios do Estado ampliará benefícios como a conferência da autenticidade e segurança documental a mais cidadãos do Tocantins.

“Vai oferecer ao cidadão a possibilidade de verificar se aquele ato feito no cartório realmente obedeceu aos requisitos legais, se o valor cobrado

é o valor devido e vai poder checar, no site do Tribunal de Justiça, se esse documento foi comunicado corretamente ao Tribunal e vai dar uma segurança, porque as pessoas interessadas poderão verificar, através do CR-code e do código de barras, se aquele documento foi lavrado no Tocantins”.

SEGURANÇA E AGILIDADE

Outra medida que a Corregedoria Geral da Justiça acompanha nos cartórios é a informatização dos documentos. De acordo com o desembargador Lamounier, a meta é trazer agilidade e segurança ao cidadão, que passa a contar com a facilidade de obter certidões pela web, com a autenticidade conferida pelo Selo Digital.

“Se o dia a dia está sempre a exigir certidões, então o cidadão da sua casa, da sua moradia, vai conseguir esse documento, com a possibilidade dele pagar as eventuais taxas para obter o documento de forma eletrônica, sem a necessidade de ir até o cartório para obter certidões e a velocidade com que esse serviço é prestado, evitando fila de espera”, afirma.



Adonias Barbosa da Silva
Juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça

Corregedoria baixa estoque de processos administrativos

Além da implantação do Selo Digital outra conquista da Corregedoria Geral da Justiça foi a baixa de processos administrativos em tramitação. Dados do órgão mostram que no dia 31 de janeiro de 2015 existiam 924 processos em tramitação no órgão contra 385 no dia 31 de janeiro deste ano. Uma baixa de 539 processos.

O juiz auxiliar da Corregedoria da Justiça, Adriano Gomes de Melo Oliveira, credita a conquista à orien-

tação dada pelo corregedor geral, desembargador Eurípedes Lamounier, a assessoria do órgão, sob a supervisão do juiz auxiliar, Adonias Barbosa da Silva, e aos magistrados de 1ª instância de priorizar os processos administrativos.

“Ao longo do ano houve uma celeridade na tramitação desses processos, com diminuição em torno de 60% do total em tramitação, mesmo com ingresso significativo de novos processos”, avalia o juiz.

PROCESSOS EM NÚMEROS:

924
PROCESSOS EM
ANDAMENTO EM
31/01/15

385
PROCESSOS EM
ANDAMENTO EM
31/01/16

e-Proc/TJTO ganha nova ferramenta que permite gerenciar a taxa de congestionamento



A partir de agora, magistrados recebem relatórios sobre novos casos, entradas, saídas, casos baixados, julgados e o acervo por período e podem gerenciar taxa de congestionamento

O Poder Judiciário do Tocantins desenvolveu uma nova ferramenta de gestão para facilitar o gerenciamento da taxa de congestionamento nas varas e juizados do Estado. A partir de agora, os magistrados terão acesso a um relatório diário a respeito do número de processos em tramitação na jurisdição de cada um, além do andamento dos feitos. Uma cartilha de orientação sobre o assunto também foi elaborada para orientar juízes e servidores sobre o correto procedimento para utilização do sistema, o que irá interferir de maneira direta nos índices utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaboração do levantamento anual "Justiça em Números".

Disponível para consulta por meio do e-Proc, os magistrados poderão avaliar, com a nova ferramenta, qual a taxa de congestionamento da vara

ou comarca pela qual é responsável. Pelo sistema, eles serão informados sobre novos casos, entradas, saídas, casos baixados, julgados e o acervo ao fim de um determinado período. O relatório traz ainda a evolução do índice que mede a efetividade dos trabalhos realizados, levando-se em conta os casos baixados e o estoque pendente ao final do período.

De acordo com o diretor Judiciário do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), Francisco de Assis Sobrinho, responsável pela coordenadoria de processo eletrônico, apesar do empenho dos magistrados tocantinos, algumas movimentações não uniformizadas no sistema de tramitação dos processos impactam negativamente na taxa de congestionamento e a intenção, com a nova ferramenta, é reduzir as falhas que resultam em índices altos para o Tocantins.

"Uma taxa de congestionamento alta não quer dizer ausência de produtividade. Normalmente são as formas de realizar os procedimentos cartorários que provocam os altos índices. Muitas vezes os magistrados até julgam um número de processos que poderia estar hoje em uma classificação melhor no ranking, mas se os processos não sofrerem baixa nas comarcas, a taxa vai ficar alta", alerta.

"Desta forma a diretoria Judiciária vai estar mais vinculada aos juízes para ajudá-los no cumprimento dos atos processuais. Vamos fazer um levantamento dos números, para ver quais as varas com as maiores taxas de congestionamento, e, se for o caso, vamos à comarca explicar como o processo funciona e apontar onde existem possíveis falhas", complementou o diretor, ao explicar o funcionamento da ferramenta.

Cartilha orienta eventos processuais corretos na tramitação eletrônica



Elaborada com informações mais úteis aos usuários do sistema de Justiça e como um manual de procedimentos, a cartilha "Baixa Processual e Taxa de Congestionamento" foi pensada para que os servidores do Poder Judiciário tocantino possam aprimorar ainda mais os processos de trabalho.

Ela orienta juízes e servidores sobre o correto procedimento para utilização do e-Proc para que as movimentações corretas impactem de maneira direta nos índices utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaboração do levantamento anual "Justiça em Números".

Disponível nas abas Magistrados e Servidores, no site do Tribunal de Justiça (www.tjto.jus.br), a cartilha serve como um manual de procedimentos para que os

servidores do Poder Judiciário tocantino possam aprimorar os processos de trabalho. A cartilha facilitará o entendimento de conceitos, tendo como foco o aperfeiçoamento de ações que impactem na melhoria dos indicadores de litigiosidade definidos pelo CNJ.

"A cartilha explica o que é a taxa de congestionamento, como é calculada e como proceder para que o resultado seja positivo para as comarcas. Com o manual, servidores e magistrados poderão esclarecer as dúvidas e melhorar a dinâmica de trabalho", ressalta Sobrinho, frisando a meta do Poder Judiciário tocantino. "O objetivo principal, além da celeridade, de dar retorno à sociedade, é melhorar o posicionamento do Judiciário tocantino perante os outros tribunais do país", afirma o diretor Francisco de Assis Sobrinho.



Orçamento do Judiciário prioriza tecnologia e sistemas para ampliar eficiência da Justiça

Capacitação de pessoal na área jurídica e renovação de equipamentos de Tecnologia da Informação estão entre as dotações do orçamento para execução durante 2016

Renovar 50% do quantitativo de computadores, construir quatro fóruns e reformar outros seis, além de ampliar os investimentos na infraestrutura dos sistemas eletrônicos, como o e-Proc, estão entre as prioridades orçamentárias do Poder Judiciário para 2016.

“A realização desses projetos, entre tantos outros planejados para 2016, serão a base necessária à realização do Plano de Eficiência do Poder Judiciário e a implantação do Trabalho Remoto, que dependem de ações na área de pessoal e de Tecnologia da Informação”, avalia o diretor-geral do Tribunal de Justiça, Francisco Cardoso.

O diretor ressalta que, em relação a

2015, o orçamento deste ano estima alta de 12,33% para a área de pessoa de 78,02% na área de tecnologia da informação, área essencial para consolidar a era eletrônica do Judiciário tocantinense.

Também foram incluídos no orçamento os recursos necessários para implantação do projeto de pós-graduação em Assessoramento Jurídico, com foco área fim do Poder Judiciário. O diretor ressalta que a

medida levará o Judiciário a formar pessoas aptas a exercerem funções de assessoramento jurídico.

Também há dotação para realizar o credenciamento de profissionais que atuam na área da saúde para atender as partes beneficiadas pela justiça gratuita e que hoje contam com uma grande demora devido ao aumento desse tipo de demanda, especialmente de casos envolvendo menor e réu preso (veja o quadro).

Orçamento – 2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA	504.976.913
FUNJURIS	37.897.182
PODER JUDICIÁRIO	542.874.095

Confira as prioridades orçamentárias do Judiciário para 2016:

Reforma de prédios de 6 fóruns

Melhorar a condição de trabalho dos servidores e magistrados

Construção de 4 fóruns novos

Proporcionar melhores condições de trabalho

Mobiliário novo para 4 fóruns

Aquisição visa melhorar qualidade de vida no trabalho

Compra de sistema automatizado de RH

Demandas como férias, dados bancários, substituição, entre outras, serão feitas em poucos cliques e com processamento imediato

Renovação de 50% dos computadores

Busca modernizar os equipamentos de informática do Poder Judiciário

Investimentos na infraestrutura do e-Proc e demais sistemas

Finalidade é conferir mais agilidade na execução dos serviços

Mais investimentos em capacitação (servidores, magistrados e conciliadores)

Equipe capacitada produz mais, com mais celeridade e para atender à mudança da legislação processual civil com preparação de conciliadores para os CEJUSCs (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania)

Implantação de pós-graduação em assessoramento jurídico

O Poder Judiciário formará pessoas que estarão aptas a exercer funções de assessoramento jurídico

Credenciamento de profissionais da área da saúde

Para atender partes beneficiadas pela Justiça gratuita, diminuindo a demora no atendimento, especialmente em casos de menores e réus presos



O decano da corte

José de Moura Filho, o decano do Judiciário tocantinense, é filho de José Rosa de Moura e Maria Emília de Souza Moura. Nasceu em Pedro Afonso em 14 de junho de 1946. Aos 20 anos, foi nomeado escrivão do crime interino da Comarca de Pedro Afonso, cargo que assumiria depois por concurso público.

Quando saiu de Pedro Afonso para Goiânia, em 1971, foi designado para o Cartório de Feitos da Assistência Judiciária. “Tinha 8 mil processos”, lembra. Em abril de 1980, após aprovação em concurso, assume o cargo de escrivão de 1ª entrância de Goiânia, no qual permaneceu até dezembro de 1981, quando assumiu como Juiz de Direito em Sanclerlândia (GO), a 130 km de Goiânia, por decreto governamental.

Formado em Direito pela Universidade Católica de Goiás, rejeitou convites para assumir

em Rio Verde ou Santa Helena, cidades importantes de Goiás. “Meu umbigo nunca se desligou de Pedro Afonso. Meu sonho era ser juiz em Pedro Afonso. Surgiu a vaga e fui promovido por merecimento”. Passou a ser juiz da Comarca de 2ª entrância de Pedro Afonso. Criado o Tocantins, foi promovido para Miracema por antiguidade. Era o juiz mais antigo de 2ª entrância.

“Mesmo assim o Siqueira (Siqueira Campos, então governador do Estado) não me escolheu desembargador”, relembra. Com a aposentadoria de Osmar José de Sousa, atuou como juiz convocado pelo Tribunal de Justiça. Depois, promovido desembargador pelo TJ em 1989, por merecimento, seria também nomeado pelo Executivo. Contudo, entrou com pedido e o Tribunal decidiu pela repositação do ato.

Atuou como corregedor geral

da Justiça e presidiu o Tribunal Regional Eleitoral duas vezes (1993 a 1994 e de 2009 a 2011) e o Tribunal de Justiça (biênio 1999 a 2001). Ao assumir a presidência do TJTO disse ao governador que seu objetivo maior no Judiciário era construir o Fórum de Pedro Afonso.

Sob a orientação do Tribunal de Contas, determinou aos juízes que depositassem os recursos do Funjuris (Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário) na conta do Tribunal e arrecadou cerca de R\$ 650 mil. Moura conta que o Judiciário não possuía equipe de engenharia para elaborar e executar o projeto. Um convênio com a Secretaria Estadual da Infraestrutura viabilizou a obra. Foi preciso voltar ao governador, que administrava o Funjuris, para obter aval para a obra. “Ele autorizou num pedaço de papel, mas não liberou nenhum recurso a mais do que o arrecadado pelo Judiciário”.

Concluída a obra, o governador Siqueira Campos, seu vice, Raimundo Boi, e o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Miranda, se afastaram dos cargos e Moura Filho assumiu o Executivo e inaugurou a obra como governador. Pelo TRE-TO, Moura também construiu o Fórum Eleitoral de Pedro Afonso.

Com uma vida profissional inteiramente dedicada à Justiça, aos 69 anos e atuando no Poder Judiciário 100% eletrônico, rememora as condições de trabalho. “Quando eu fui nomeado escrivão o cartório nem mesa tinha. Consegui uma no departamento da Fazenda. Depois, saí catando caixotes de madeira que acondicionavam gasolina e querosene. Arrumei três ou quatro caixotes, um em cima do outro, coloquei as pernas, fiz a porta, coloquei e pintei de azul. Era ali que eu guardava os processos. Era assim o Judiciário”.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça

Des. RONALDO EURÍPEDES (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Vice-presidente)
Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Corregedor geral)
Des.ª. MAYSA VENDRAMINI ROSAL (Vice-corregedora geral)
Des.ª. ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora Judiciária)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Diretor da Esmat)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des.ª. JACQUELINE ADORNO
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Des.ª. ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES
Juíza Convocada
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz ESMAR CUSTÓDIO VÊNCIO FILHO
Juiz RONICLAY ALVES DE MORAIS

Chefe de Gabinete da Presidência

GIZELLA MAGALHÃES BEZERRA

Diretorias do Tribunal de Justiça

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Diretor Administrativo

MARISTELA ALVES REZENDE
Diretora Financeira

VANUSA BASTOS
Diretora do Centro de Comunicação Social

MARCO AURÉLIO GIRALDE
Diretor de Tecnologia da Informação

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
Diretor Judiciário

JULIANA ALENCAR WOLNEY CAVALCANTE AIRES
Diretora de Gestão de Pessoas

JOÃO CARLOS SARRI JUNIOR
Diretor de Infraestrutura e Obras

SIDNEY ARAUJO SOUSA
Controlador Interno

Diretoria do Centro de Comunicação Social
Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

O Judiciário

LAILTON COSTA
Redação e Edição

LUIZ PIRES
PAULA BITTENCOURT
Textos

RONDINELLI RIBEIRO
Fotografia

IGOR CAETANO MATUOCA
Direção de Arte, Projeto Gráfico e Editoração

ANDRÉ TAVARES
Infográfico

ABELSON RIBEIRO
Publicidade

MARA ROBERTA DE SOUZA
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

 www.tjto.jus.br

 @tjtocantins

 TJTocantins

Edição: 007/2016